



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — N.º 21

TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 25.^a SESSÃO, EM 8 DE MAIO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Expediente recebido

Lista n.º 7, de 1972

2.2 — Requerimentos

N.º 16, de 1972, de autoria do Senador Wilson Gonçalves, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do trabalho sob o título — A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO CEARÁ — DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS —, de autoria do Professor Paulo Lustosa da Costa, publicado no jornal "Correio do Ceará", de 15 de abril próximo passado.

N.º 17, de 1972, de autoria do Sr. Paulo Tórres e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição nos Anais do Senado da Ordem do Dia baixada pelo Sr. Ministro do Exército, General Orlando Geisel, sobre o DIA DA VITÓRIA, publicada, ontem, pelos principais jornais do País.

2.3 — Discursos do expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração na cidade paulista de Paulínia, da sexta refinaria da PETROBRAS. Integração do Estado de Sergipe, no complexo mineral-petroquímico do País.

SENADOR DANTON JOBIM — Justificação do seu apoio ao Requerimento n.º 17, de 1972, anteriormente lido. Comemoração pela Igreja da Semana dos Meios de Comunicação Social. Lançamento, pela Associação Brasileira de Imprensa, dos Anais do seu Congresso Nacional de Comunicações.

SENADOR CLODOMIR MILET — Cinquentenário do desaparecimento de Urbano Santos da Costa Araújo.

2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução n.º 5/72, que suspende a execução do artigo 4.º da Lei n.º 4.506, de 5 de julho de 1967, do Estado de Minas Gerais, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de 25 de novembro de 1971. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

Projeto de Lei do Senado n.º 88/71, que dá nova redação ao § 9.º do art. 32 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). **Aprovado**, em segundo turno. À Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei do Senado n.º 4/72, que altera a redação do parágrafo único do artigo 33 da Lei n.º 5.682, de 1971, que dispõe sobre o **quorum** mínimo nas convenções municipais. **Discussão adiada**, nos termos do Requerimento n.º 18/72.

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR CATTETE PINHEIRO — Atividades da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — "Dia da Vitória".
SENADOR RUY SANTOS — Falecimento do escritor Eugênio Gomes.

SENADOR FLAVIO BRITTO — Modificações necessárias à atualização do Estatuto do Trabalhador Rural.

SENADOR RUY CARNEIRO — Homenagem prestada pelo Município de Campina Grande, Paraíba, à memória de João Rique.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

6 — Composição das Comissões Permanentes.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

ATA DA 25.^a SESSÃO

EM 8 DE MAIO DE 1972

2.^a Sessão Legislativa Ordinária da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS
LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tórres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.^o-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA N.^o 7, DE 1972

Em 8 de maio de 1972

Manifestações Favoráveis à Regulação da profissão de Dentistas Práticos

- do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão, Estado do Maranhão;
- do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Riachão, Estado do Maranhão;
- do Presidente da Câmara Municipal de Pio XII, São Paulo;
- do Sr. Mário de Assis e outros, da cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais;
- do Sr. Ademar Jorge da Silva, de Goiânia, Goiás;
- do Sr. Décio Martins Moreira, da Câmara Municipal de Goiânia, Goiás;
- do Presidente da Câmara Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso.

Manifestações no sentido de ser contado, para o Serviço Público Federal, o tempo serviço em empresa privada

- do Sr. Epaminondas Corrêa de Araújo, e outros, São Paulo;
- do Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto.

Homenagens de pesar pelo falecimento do Senador Milton Campos

- do Presidente da Câmara Municipal de Volta Redonda, Rio de Janeiro;
- do Juiz Federal da 4.^a Vara no Estado da Guanabara;
- do Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Estado de São Paulo.

Congratulações pela passagem de mais um aniversário da Revolução

- do Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará;
- do Presidente da Câmara Municipal de Assu, Rio Grande do Norte;
- do Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador, Guanabara;
- do Diretor Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Companhia Paulista.

Comunicação de Eleição e Posse

- do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, comunicando sua eleição e posse;
- do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, comunicando a eleição e posse da Diretoria;
- do Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, São Paulo;
- do Presidente da Câmara Municipal de Taboão da Serra, São Paulo.

Paulo, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora;

- do Presidente da Sociedade Orquidófila de Ribeirão Preto, comunicando a eleição e posse da Diretoria;
- do Presidente da Câmara Municipal de Aimorés, Minas Gerais, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora;
- do Presidente da Câmara Municipal de Taquaraçu de Minas, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora;
- do Presidente da Câmara Municipal de Plum, Estado de Goiás;
- do Prefeito Municipal de Água Limpa, Goiás;
- do Vereador Ivan Castro, comunicando sua eleição como Líder da Bancada da ARENA, na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Diversos

- do Governador do Estado do Acre, apresentando ao Presidente do Senado Federal cumprimentos pela inclusão do seu nome entre os componentes do Supremo Conselho da Aliança Renovadora Nacional;
- do Governador do Estado do Amazonas, apresentando reconhecimento pelo apoio recebido em sua gestão;
- do Presidente em exercício da Câmara Municipal de Igarapé-Miri, Estado do Pará, apresentando condolências pelo falecimento do Deputado Pedro Carneiro;
- do Presidente do Instituto dos Advogados de Pernambuco, manifestando-se sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1971;
- do Presidente da Câmara Municipal de Capela, Estado de Alagoas, comunicando o início dos trabalhos legislativos daquela Casa;
- do Presidente da Câmara Municipal de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, apresentando sugestões sobre o anteprojeto do Estatuto das Municipalidades;
- do Sr. Símplicio G. de Oliveira, representante de doentes hansenianos de Jacarepaguá, Guanabara, solicitando providências no sentido de alterar o artigo 27 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960;
- do Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, solicitando aprovação de lei que dispense do ponto os funcionários públicos federais que curse em universidade;

- do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, manifestando-se sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 70, de 1971;
- do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, manifestando-se sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 99, de 1971;
- do Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado da Guanabara, solicitando rápida tramitação e aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 391, de 1971;
- do Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São José do Rio Preto, manifestando-se sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 4, de 1971;
- do Presidente da Associação Educacional José de Anchieta, de São Paulo comunicando que a implantação da reforma educacional, naquele Colégio, já é um fato concreto;
- do Presidente da Câmara Municipal de Diadema, São Paulo, enviando cópia de Requerimento sobre Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador José Lindoso, que objetiva suspender temporariamente, a aplicação das multas eleitorais;
- do Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina manifestando-se sobre a Proposta de Emenda Constitucional n.º 1, de 1972;
- do Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Mato Grosso, comunicando o falecimento do Vereador Ayrton Pinheiro Leite;
- do Secretário de Saúde do Distrito Federal apresentando cumprimentos aos membros do Senado Federal por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos;
- do Sr. Carlos Kasemodel Filho, Ten. Cel. Av., participando ter assumido o cargo de Assessor Parlamentar do Ministro da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1.º-Secretário. São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N.º 16, de 1972

Exm.º Sr. Presidente do Senado Federal.

O Senador abaixo assinado, na conformidade do art. 234, n.º 2, e § 1.º, do Regimento Interno, vem requerer a V. Ex.ª a transcrição nos Anais desta Casa do oportuno e fundamen-

tado trabalho sob o título — **A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO CEARÁ — DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS** —, de autoria do Sr. Paulo Lustosa da Costa, ilustre Professor de Economia Brasileira da Escola de Administração do Ceará e Técnico em Desenvolvimento do Banco do Nordeste, e publicado no jornal "Correio do Ceará", de 15 de abril próximo passado.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1972. — **Wilson Gonçalves.**

REQUERIMENTO N.º 17, de 1972

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requiero transcrição nos Anais do Senado da Ordem do Dia baixada pelo Sr. Ministro do Exército, General Orlando Geisel, sobre o **DIA DA VITÓRIA**, publicada, ontem, pelos principais jornais do País.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1972. — **Paulo Torres — Lourival Baptista — Cattete Pinheiro — Wilson Gonçalves — Danton Jobim — Clodomir Milet.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o Artigo 234, § 1.º, do Regimento Interno, os requerimentos serão submetidos a exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no próximo dia 12, o eminente Presidente Médici estará na cidade paulista de PAULÍNIA, presidindo a cerimônia de inauguração da SEXTA refinaria da PETROBRAS, a REFINARIA DO PLANALTO PAULISTA (REPLAN). A capacidade nominal da nova unidade refinadora será de 20 mil metros cúbicos por dia de operação, equivalendo a 126 mil barris de óleo. Conforme informa a PETROBRAS, sua estrutura de produção normal está assim delineada: Gás Liquefeito de Petróleo: 1.600 metros cúbicos por dia; Gasolina Automotiva A e B: 7.800 metros cúbicos por dia; Querosene: 1.200 metros cúbicos por dia; Óleo Diesel: 5.400 metros cúbicos por dia e Óleo Combustível: 4.000 metros cúbicos por dia. Prevê-se, ainda, a produção de 300 mil toneladas-ano de asfalto. Devido à flexibilidade agora adotada nos projetos de refinarias, seu processamento poderá atingir 24.000 metros cúbicos por dia, o que equivale a 150 mil barris.

A inauguração dessa nova unidade de refinaria da PETROBRAS vem enfatizar, ainda mais, o empenho com

que o Governo Médici se dá à batuta do desenvolvimento brasileiro. Por outro lado, é a confirmação do cuidadoso planejamento com que conduz a PETROBRAS o processo de expansão do seu parque de refino, sempre acompanhando o processo de industrialização do País e agindo de forma a que os eventuais aumentos de demanda sejam prontamente atendidos. Já em 1967 a capacidade de refino de São Paulo se mostrava insuficiente, daí a série de obras de grande porte desenvolvidas com presteza pela PETROBRAS, ao mesmo tempo que se decidia pela construção da REPLAN. Esta decisão levou a PETROBRAS a dar início imediato a duas obras de vulto: a ampliação do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) e a construção de um oleoduto (OSPLAN). Há, ainda, o oleoduto de retorno de produtos da nova refinaria para Berueri, onde se instala a Base de Distribuição de Derivados. Com 100 km de extensão, este oleoduto de retorno garantirá grande flexibilidade ao abastecimento de toda a região geoeconômica do Grande São Paulo.

Os investimentos nas obras da refinaria que agora será inaugurada foram da ordem de Cr\$ 530 milhões dos quais 80% gerados por recursos próprios. A REPLAN trará ao Brasil uma economia anual, em divisas, de 40 milhões de dólares.

Até algum tempo PAULÍNIA era um mero distrito de Campinas. Já se tornou uma cidade, marcada pela prosperidade veloz. A refinaria lá instalada atenderá ao consumo de derivados do interior de São Paulo, Mato Grosso, Noroeste do Paraná e Sul de Minas e suplementará todo o consumo do Grande São Paulo e Vale do Paraíba.

O Sr. José Lindoso — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, nobre Senador José Lindoso.

O Sr. José Lindoso — Louvo V. Ex.^a pela iniciativa de dar conhecimento ao Senado de mais esta realização da PETROBRAS, dentro do seu plano de fortalecimento da economia brasileira. Realmente, falar da PETROBRAS é falar daquilo que é mais vital para o desenvolvimento do Brasil. O ponto estratégico da nova refinaria, a sua importância para a economia brasileira merece o registro que V. Ex.^a faz. Acresce assim, mais, a nossa admiração e a nossa confiança na obra que a PETROBRAS vem realizando, de engrandecimento da nossa economia e afirmação de nossa independência em face da importância que a indústria petrolífera tem para a economia brasileira.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço o aparte do nobre Senador

José Lindoso, que vem enriquecer o meu discurso.

O petróleo bruto processado pela REPLAN será descarregado nos tanques do Terminal Marítimo de Almirante Barroso, em São Sebastião. Dali será bombeado através de um Oleoduto de 60 centímetros de diâmetro e 225 quilômetros de extensão até o tanque de petróleo da REPLAN, cortando 17 municípios paulistas. O oleoduto terá capacidade inicial de transporte de 28,5 mil metros cúbicos/dia. (170 mil barris), com duas estações bombeadoras. Posteriormente, com o acréscimo de mais uma Casa de Bombas, a capacidade final atingirá 270 mil barris. O escoamento de derivado se processará por duas vias: via oleoduto para o Grande São Paulo, com extensão de 100 km, e diretamente às bases das companhias distribuidoras, situadas ao lado da REPLAN.

Sr. Presidente, na sua aparente singeleza, a solenidade que será presidida pelo eminente Presidente Médici dia 12 próximo, constitui forte exemplo de como o atual governo conduz o desenvolvimento nacional, visando seu constante aceleração, o que exige permanentes e minuciosos planejamentos em todos os setores governamentais, a fim de que nenhum ponto de estrangulamento venha a ocorrer. É de se notar, ainda, que a REPLAN foi construída conforme projeto o mais moderno, na demonstração de nossa capacidade técnica.

Sr. Presidente, com a Revolução de 64 mudanças substanciais ocorreram no Brasil, merecendo destaque aquela que vem assegurando plena continuidade administrativa dos sucessivos governos. É o que, mais uma vez, a Nação verifica com a inauguração da REPLAN, obra em que se empenhou o Presidente Médici.

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney — Nobre Senador Lourival Baptista, faz V. Ex.^a muito bem deixando nos Anais desta Casa a presença do Senado Federal na congratulação de todo povo por mais essa obra que a PETROBRAS realiza no Brasil. Quando hoje falamos no desenvolvimento brasileiro e seu alto índice de crescimento, não podemos esquecer que a PETROBRAS é uma chave nesse processo. Também não podemos esquecer que foi na gestão do General Ernesto Geisel que a PETROBRAS encontrou seu estágio de crescimento total, graças à capacidade de comando desse brasileiro, à sua capacidade de formar equipe e à sua fria e obstinada dedicação ao trabalho.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Obrigado, eminente Senador José Sarney, pelo aparte de V. Ex.^a, que veio engrandecer o meu pronunciamento.

Mas, no tocante à PETROBRAS, na extraordinária gestão do General Ernesto Geisel, muitos outros acontecimentos de importância vêm se sucedendo, graças à pujança da Empresa e à sua grande administração. Assim é que, ainda este mês será assinado o contrato final com que a BRASPETRO dará início à sua operação no Iraque, em áreas que nos foram concedidas graças ao acordo firmado com a Iraq National Oil Company, empresa estatal iraquêda. E no curto prazo de três a quatro anos a nossa subsidiária no Iraque já estará produzindo petróleo, outro acontecimento de grande relevância para o Brasil, cujo crescimento a ritmo acelerado já se tornou notório em todo o mundo. A BRASPETRO será a presença marcante de nossa pátria em terras estrangeiras, inclusive no distante Oriente Médio. Fatos como estes apagam o esforço daqueles que ainda teimam em ser derrotistas, exibindo a todos nós e ao mundo inteiro o Brasil que marcha, veloz e seguramente, para a conquista do lugar que lhe toca entre as grandes potências.

Sr. Presidente, ao aludir a esses novos feitos da PETROBRAS, não poderia deixar de manifestar minha satisfação por ver Sergipe surgindo cada vez mais em posição de destaque em nosso País, já se impondo sua integração no grande complexo mineral-petroquímico cujos principais núcleos deverão se localizar em Salvador, Aracaju, Maceió e Recife.

A observação se me impõe pela notícia que nos chega de que um novo poço produtor de petróleo foi descoberto em Sergipe pela PETROBRAS.

O poço petrolífero agora descoberto no meu Estado, Sr. Presidente, denominado Alagamar, está situado nas proximidades da praia de Pirambu, numa região que é praticamente cercada por campos produtores da PETROBRAS. Alagamar já tem suas possibilidades de produção comercial confirmadas, restando apenas a realização de novas pesquisas a serem iniciadas nos próximos dias, a fim de que possa ser definida a possibilidade total da nova jazida.

O poço, que atingiu uma profundidade de dois mil e setecentos metros, determinou a existência de seis formações petrolíferas, em diversos níveis a começar da profundidade de mil e trezentos metros. Esta é a primeira vez, em Sergipe, que uma perfuração localiza a existência de seis formações, duas das quais são consideradas de grande potencialidade.

O Alagamar revelou também um fato inédito nas pesquisas da PETROBRAS. É que o petróleo foi localizado

em formações de rochas calcáreas, sendo que este fato exigirá da empresa a aplicação de técnicas que até agora não foram necessárias em nosso País. Este fato, todavia, não será um obstáculo ao desenvolvimento do novo campo, pois em várias partes do mundo o petróleo é encontrado associado a esse tipo de rocha, havendo, por conseguinte, uma larga experiência acumulada, que agora será utilizada pela PETROBRAS.

O Sr. Antonio Carlos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, eminente Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos — Quero congratular-me com V. Ex.^a pelo registro que está fazendo da grande realização da Petróleo Brasileira S.A., quer no campo da industrialização e do refino, quer no campo da pesquisa e da lavra do petróleo.

É notícia para alegrar a todo o Brasil, esta de que a PETROBRAS acaba de perfurar um novo poço de petróleo no Estado de V. Ex.^a, com perspectivas as mais favoráveis. De fato, a nossa maior empresa estatal está realizando não só um trabalho da mais alta valia para a economia brasileira no campo da pesquisa, da lavra, do refino e da distribuição, como também, sob a direção superior do General Ernesto Geisel, está se transformando num valiosíssimo instrumento de afirmação do Brasil no exterior. A BRASPETRO, que é subsidiária da PETROBRAS, está levando a técnica, o trabalho e o esforço brasileiros a países distantes, como agora através do acordo que celebramos com o Iraque, recebendo uma concessão naquele país reconhecidamente rico em reservas petrolíferas e amanhã, certamente, levando suas atividades a outros países, não só do continente americano, como também dos outros continentes. Está, pois, a empresa brasileira de petróleo representando o esforço do nosso País no setor econômico, em todos os quadrantes do mundo.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço a V. Ex.^a, eminente Senador Antonio Carlos, o aparte com que honrou o meu pronunciamento.

A exploração de um novo campo produtor em Sergipe é um fato auspicioso para o Brasil, pois representa uma contribuição a mais para o aumento de nossa produção petrolífera, e é também nova vitória da Petrobrás nos esforços que realiza visando a descoberta de novas jazidas de hidrocarbonetos.

O fato, portanto, merece o necessário destaque, sendo justo que neste momento se reconheça o trabalho valioso dos técnicos e operários da Petrobrás.

Sr. Presidente, a descoberta do novo campo de alagamar é mais uma demonstração das imensas potencialidades minerais de Sergipe, entre as quais o petróleo surge com destaque. E assim o meu Estado vai se credenciando, sempre com mais força, para sua integração no Polo Petroquímico do Nordeste, sediado em Salvador, no eixo de um complexo mineral-petroquímico, na plena confirmação de um sonho e, já agora, reivindicação do povo sergipano. Reivindicação esta que será sem sombra de dúvida, apoiada pelo eminente Presidente Médico, no seu empenho em desenvolver e integrar o Brasil! (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim, que falará como Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. DANTON JOBIM — (Como Líder. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, eu desejaria, em primeiro lugar, dar uma explicação à Casa sobre as razões por que, em nome da Bancada do MDB no Senado, subscrevi o requerimento, para transcrição nos Anais, da Ordem-do-Dia do Sr. Ministro do Exército.

Evidentemente que partilho, provavelmente com todo o Senado, da admiração pelo soldado perfeito que é o General Orlando Geisel. Mas a primeira razão que me leva sempre a concordar com a transcrição, nos Anais, de documentos como este, é o princípio que a nossa Bancada adotou de que todo documento de real importância para que o historiador do futuro, que o ajude a reconstruir a situação do País, nossa vida pública e os homens que nela atuam, deve evidentemente figurar nos Anais desta Casa.

Em segundo lugar, assinamos o requerimento porque, na Ordem-do-Dia do General Geisel, há conceitos que poderíamos subscrever, cumprindo-nos louvar a ênfase que põe em caracterizar que os nossos pracinhas foram à Itália combater o Nazi-fascismo, defender aqueles princípios e ideais que estão na própria formação do povo brasileiro, defender a liberdade contra a servidão.

Sem dúvida, esses conceitos na Ordem-do-Dia do Sr. Ministro do Exército bastariam, para que fizemos empenho em que ela fosse trazida, ao amplo conhecimento desta Casa e figurasse nos seus Anais.

Quero agora, Sr. Presidente, que esta Casa teve ocasião de ouvir, em sua última sessão, diversos oradores que se referiram ao "Dia Nacional das Comunicações", quando se evocou, de maneira enfática, com expressões de admiração e carinho, a memória luminosa do Marechal Cândido Rondon.

Tratou-se, sobretudo, de comunicações, no plural, ou melhor, dos instrumentos que a técnica moderna nos oferece para as comunicações a distância e sem os quais não se poderia conceber, muito menos obter, o progresso vertiginoso da arte de transmitir a informação destinada ao grande público, levando opiniões e notícias para todos os recantos do País, com uma rapidez verdadeiramente extraordinária, e transpondo mesmo as fronteiras do Brasil.

É o que os especialistas tendem a designar como "Comunicação" *tout-court*, isto é, no singular.

Hoje, entretanto, queremos chamar a atenção do Senado para dois acontecimentos importantes neste campo. Ambos marcam a importância que já se vai dando, no Brasil, ao estudo e ao correto emprego da comunicação social ou de massa: um é o lançamento, pela Associação Brasileira de Imprensa, dos Anais do seu Congresso Nacional de Comunicação que, em setembro de 1971, reuniu profissionais e peritos do mais alto nível entre os estudiosos brasileiros da matéria. O outro fato é a comemoração, pela Igreja, da "Semana dos Meios de Comunicação Social", a qual culminará, no domingo, com o "Dia Mundial das Comunicações", instituído por Paulo VI, e que já se vem celebrando há dois anos.

A mensagem pontifícia aos dirigentes dos órgãos de opinião pública e de informação, a ser entregue oficialmente pelo Cardeal D. Eugênio Salles, no Rio de Janeiro, versará sobre "Meios de Comunicação a Serviço da Verdade".

Assim a Igreja persevera, insiste, Sr. Presidente, na orientação dos que manipulam as influências poderosas dos meios de comunicações, ou seja, o jornalismo escrito, falado, televisionado ou filmado, que exerce função social de primeira grandeza em nosso tempo.

De Roma parte, mais uma vez, a luz a guiar os homens pelos caminhos da verdade, da paz e da fraternidade, explicando-se que o tema escolhido, no ano passado, pelo Pontífice, para comemorar o "Dia Mundial das Comunicações", tenha sido os instrumentos de "Comunicação Social a Serviço da Unidade dos Homens". Esta semana ela prossegue no seu apostolado, procurando indicar os caminhos que levarão à unidade e que outro não pode ser senão o da busca e apresentação da verdade.

Em saudação dirigida aos responsáveis pela área da Comunicação, na Conferência Nacional dos Bispos, o ilustre Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, Dom Lucas Moreira Neves, já emitiu conceitos valiosos, em rigorosa consonância com o pensa-

mento e a palavra do Santo Padre em repetidas alocuções. Mostra Dom Lucas que a Igreja é sensível ao momento presente e ao que ele chama "a atual virada histórica", indelevelmente marcados pelos mass media, pela informação, pela importância da opinião pública, aquilutando bem o papel relevante que exercem, na Comunidade e no Mundo, os que trabalham na imprensa, rádio, televisão, cinema, canção, publicidade e nos diversos campos da Comunicação Social.

Mas queremos destacar, sobretudo, nestes comentários, que, em artigo no *Jornal do Brasil* de anteontem, o eminente Arcebispo do Rio de Janeiro explicou-nos o sentido do Dia das Comunicações Sociais, que a Igreja fez coincidir com o domingo da Ascensão do Senhor. Esse artigo consegue, com precisão didática e admirável concisão, traduzir os verdadeiros propósitos das comemorações que se iniciam em escala mundial.

Dom Eugênio, sabem os Senhores Senadores, é o modelo do prelado moderno, atento às realidades da hora: fiel às diretivas do Vaticano II, prudente em suas atitudes, mas consciente e cioso de sua missão pastoral. Um homem de Deus e um homem de seu tempo. De um realismo são, colocado a serviço do apostolado. De inteligência pronta para compreender as novas condições impostas ao exercício eficaz do ministério. De sagacidade política para enfrentar ou evitar quanto possível, atritos entre o espiritual e o temporal, entre o que é de Deus e o que pertence a César.

Com homens assim, com esse material humano, formado e adestrado para contestar o desafio da crise global contemporânea, é que a Igreja conta para superar as incompreensões dos tradicionalistas e os obstáculos que lhe são opostos no caminho pelos interesses criados.

Por isso, Sr. Presidente, é que, violando um tabu, Sua Excelência fraterniza com os jornalistas, e ele próprio se converte num deles, colaborando regularmente na imprensa diária, num estilo simples, acessível, de uma singeleza que não esconde aos olhos dos mais despreparados a profundidade da mensagem.

Chama Dom Eugênio a atenção dos leitores para as responsabilidades pesadas que cabem aos comunicadores ou aos que detêm os meios de comunicação. Responsabilidades perante Deus e perante os homens, resumida no "compromisso com a verdade".

"Em face das omissões do público e da debilidade dos seus meios de enfrentar esse poderio de transmissão — diz Sua Eminência — avulta a responsabilidade

do Poder Civil na preservação do Bem Comum." Para logo advertir que "o cumprimento do dever, por parte da autoridade, não deve, entretanto, suprimir a **legítima** liberdade de expressão, para que a correção de um mal não provoque prejuízos maiores."

É o que afirma, Sr. Presidente, na mesma ordem de idéias, Dom Lucas Moreira Neves, responsável pela Pastoral dos Meios de Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos, por estas palavras, que refletem o pensamento atual da Igreja:

"Conhecer com toda possível exatidão aquilo que sucedeu, ser informado, receber subsídios para a inteligência e a interpretação dos fatos — estes são direitos sacrossantos de todo homem, direitos de todo leitor ou ouvinte."

É o ensinamento da *Communio et Progressio*, agora invocado pelo Cardeal-Arcebispo da nossa Guanabara, quando diz:

"A liberdade de opinião e o direito à informação implicam-se mutuamente; João XXIII, Paulo VI e o Concílio Vaticano II proclamaram abertamente esse direito essencial ao indivíduo e à sociedade de hoje."

Vejam bem, Srs. Senadores, a imagem que temos diante de nós não é mais a da Igreja aliada aos poderosos, negando grandes princípios que o Iluminismo propagou e que se inscreveram na tábua dos direitos do homem; defendendo a censura de livros e jornais e não reconhecendo a liberdade de investigação científica.

Hoje a Igreja se entrega ao debate em torno de seus métodos de ação e de sua estrutura externa, reabrindo corajosamente controvérsias contidas mas não extintas, embora conservando seus dogmas e a supremacia do Papa, no que reconhece o Juiz dos Juizes, o árbitro necessário para que se conserve a unidade da doutrina e da ação.

Sabemos que católicos sinceros estranham as mudanças. Mas devem saber que muitas foram as mudanças e reformas introduzidas no passado, sem que a Igreja de Roma desaparecesse, sem que a barca de São Pedro soçobrasse. Terríveis foram os flagelos que sobre ela se vieram a abater, mas o que parecia desgraça irreversível provava ser, em pouco tempo, as vésperas de mais um triunfo.

Quando Napoleão apoderando-se do Vaticano, ousou prender e deportar o próprio Papa, o General encarregado da penosa diligência assistiu a uma cena edificante. Não sabemos se po-

deríamos reconstituir com fidelidade essa cena, mas o tentaremos.

Roma começava a despertar, aos primeiros albos do dia, quando Pio VII, chegando ao fim da escadaria, o início do caminho do exílio, pediu a todos que ajoelhassem sobre as lajes veneráveis do pátio, fixou pela última vez a Cidade, a Cidade Eterna e deitou-lhe a última bênção nas quatro direções — urbi et orbi: Feito isto, caminhou para a carruagem que o levou, sob escolta, as parelhas a galope para fora de Roma. Foi a esta altura, que um dos ajudantes do general, apontando, emocionado, para a carruagem que partia a galope, observou, ao seu chefe que estavam assistindo a uma cena histórica, talvez a mais dramática de sua época, pronunciando esta sentença: "Ali vai o último Papa que teve Roma".

É o caso de perguntar, Srs. Senadores, quantos Papas teve Roma depois de Pio VII!

De quando em quando, é certo, a velha casa erigida sobre a rocha parece tremer nos seus alicerces. Cresce o número dos incrêus e dos indiferentes; multiplicam-se os cismáticos; aparentemente o rebanho vai dispersar-se. Em nosso tempo, a Igreja responde à ameaça dessa dispersão, revendo, humildemente, o seu comportamento para com os irmãos separados, ao avivar a chama do ecumenismo; banindo a intolerância de outros tempos; aceitando as teses generosas da democracia política e social; defendendo resolutamente a liberdade de expressão; tornando-se campeã, nesta altura do século, dos grandes direitos esquecidos; ocupando o lugar daqueles que lutaram contra todas as tiranias; clamando contra a estratificação de seculares ou milenares injustiças, erguendo-se contra a espoliação dos humildes e assumindo serena, mas bravamente, sua defesa.

A fraternidade ecumênica, que começa a reinar entre cristãos de todas as tendências, não é um sinal de debilidade da Igreja católica, que enfrenta muitos e novos modos de convivência e mesmo de cooperação com eles, sem que nenhuma das denominações religiosas perca sua autonomia, sua identidade, sua individualidade.

Sr. Presidente, é com tristeza que vejo no *O Estado de São Paulo* do dia seis do corrente, dois dias atrás, uma notícia em que se diz que o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apelou ao Ministro Alfredo Buzaid, para que o Governo deixe de censurar, junto à Imprensa, as informações originárias daquela Conferência. E, mais adiante, faz a notícia esta revelação:

"Em sua última edição, com data de 5 de maio, o boletim de infor-

mações Ecclesia, da Arquidiocese de São Paulo, apresenta sua primeira página em branco, com um aviso: "A presente edição de nosso boletim informativo não tem editorial". Na página seguinte, sob o título "O São Paulo não pôde publicar", o boletim divulga matéria que deveria sair na edição de O São Paulo de hoje, e que foi cancelada "por motivo de força maior, alheia à Redação do semanário".

Desejariamos, Sr. Presidente, que no Brasil não mais se repetissem casos como esse.

Evidente que um editorial de autoridades da Arquidiocese de São Paulo não pode ter qualquer conotação subversiva.

Os encarregados da publicação do jornal da Diocese fazem um grande esforço para trazer a verdade aos seus leitores. Atendem, assim, aquilo que o Santo Padre desejaria observado por todos os que dispõem de meios de informação, isto é, a obediência ao compromisso com a verdade.

Sr. Presidente, esperamos que frutifique, nas altas esferas do Poder, a palavra da Igreja. Ela é a única força que realmente pode evitar nos países em desenvolvimento, como os nossos da América Latina, com massas de deserdados marginalizados do processo econômico e que se contam por milhões, uma revolta que seria fatal aos destinos do nosso País.

O que a Igreja procura fazer não é sublevar as massas ou boicotar a ação do Governo na execução do seu plano monumental de desenvolvimento. O que ela procura, Sr. Presidente, é antes colaborar com o Governo, através de um diálogo que seja realmente aceito e acatado pelas autoridades do nosso País e baseado no respeito mútuo, de tal modo que não possam ocorrer fatos como este, em que as palavras das autoridades eclesásticas não chegam aos fiéis àqueles que constituem o que a Igreja chama de "povo de Deus".

Que os conselhos e advertências do Papa Paulo VI e de seus Bispos cheguem aos ouvidos dos que nos governam, convertendo-se na boa semente, de onde irá brotar a democracia plena com que sonhamos nós, com que sonham sem dúvida numerosos responsáveis pela situação atual do País. Democracia plena que assenta não apenas em instituições formais e outorgadas mas, sobretudo, na livre circulação das informações e no salutar entrosque das idéias. Hoje temos a Igreja pondo-se à frente desse movimento.

Belo é o conceito de que o comunicador tem um compromisso com a verdade. Mas a verdade, Srs. Senado-

res, nem sempre é de geração espontânea — quase nunca o é. — Nasce, o mais das vezes, do acesso livre aos meios de comunicação social e da controvérsia, o que pressupõe a inexistência de censura prévia e admissão dos opositores ao uso dos mesmos veículos de comunicação usados pelo Governo na promoção de suas obras.

Prometeu-nos, o honrado Presidente da República, General Emílio Médici, de cuja sinceridade não duvidamos, o jogo da verdade. Mas para que a verdade seja retirada do fundo do poço, e esplenda, na sua nudez, ao olhos de todos, é preciso ir buscá-la onde ela está. É forçoso que a Oposição brasileira disponha de todos os instrumentos adequados a que ela participe do jogo da verdade através da imprensa e dos demais meios de comunicação social.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que os jornalistas cumpram, como quer Sua Santidade, seu compromisso implícito com a verdade, é imprescindível que também os governantes, que controlam os meios de comunicação, assumam igualmente esse compromisso.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Clodomir Milet.

O SR. CLODOMIR MILET — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a 7 de maio de 1922 — há 50 anos, portanto, — quando viajava para o Rio de Janeiro, eleito já, pela segunda vez, Vice-Presidente da República, falecia um dos maiores vultos da política maranhense, o Dr. Urbano Santos da Costa Araújo.

Nascido na então vila de Guimarães, a 3 de fevereiro de 1859, fez o seu curso de Direito na Faculdade do Recife, onde se diplomou em 1882, voltando, em seguida, ao Maranhão, para iniciar a sua vida pública como promotor da comarca de Mirador, transferindo-se, depois, para Rosário, e ingressando, em seguida, na magistratura, como juiz municipal, em S. Vicente Ferrer e S. Bento.

Em 1889 foi nomeado juiz de Direito da comarca de S. João Batista dos Campos Neves, na Província de Santa Catarina, de onde, com o advento da República, foi transferido para a recém-criada Vara de Casamentos, na Capital do Maranhão, onde permaneceu até ser organizada a magistratura estadual, passando, então, à disponibilidade por não desejar ser aproveitado na judicatura.

Recolheu-se, então, ao seu engenho no município de Rosário, de onde o foram buscar as forças políticas do Estado para elegê-lo Deputado Fe-

deral pelo 1.º Distrito. Começava, assim, em 1897, pela deputação federal, a sua gloriosa carreira política, na qual atingiu os mais altos postos, sendo, no meu Estado, o chefe do Partido depois da morte do grande Benedito Leite que foi, incontestavelmente, uma das maiores figuras do cenário político brasileiro do seu tempo.

Transferindo-se, então, para o Rio de Janeiro, abriu o seu escritório de advocacia em que, em pouco tempo, se firmava como um dos grandes causídicos da Capital Federal.

No mesmo ano em que se elegera deputado, o seu Partido o indicava para governador do Estado, num movimento franco e espontâneo que logo recebia o beneplácito do chefe da política estadual, Benedito Leite, seu grande amigo, que, na ocasião, entretanto, manifestava evidente interesse por outra candidatura. Eleito, porém, Urbano Santos, preferiu continuar como deputado, renunciando logo após ser reconhecida, pelo Congresso, a sua eleição, com o que, a 1.º de março de 1898, assumia o governo, não o governador, mas o 1.º Vice-Governador.

Na Câmara, foi 1.º Vice-Presidente e muito se destacou como membro da Comissão de Finanças, onde, em várias legislaturas, foi o relator da Receita, sempre acatado e prestigiado pelos seus pares.

Em 1906, Urbano Santos se elegia para o Senado, passando a ser, na Câmara Alta, desde logo, um dos membros mais respeitados, pelo saber e pela experiência.

Em 1913, a Convenção do Partido Republicano Conservador o indicava candidato à Vice-Presidência da República, como companheiro de chapa de Wenceslau Braz.

A esse tempo, Urbano Santos teve de enfrentar séria crise no seu Partido, no Maranhão. Era a sucessão estadual. O Chefe foi obrigado a aceitar a indicação do seu nome como candidato ao governo do Estado para superar a crise.

Mais uma vez, renunciaria ao alto posto para o qual fora eleito, para não sacrificar sua candidatura à Vice-Presidência da República. Assim, reconhecidos os eleitos pelo Congresso do Estado, como já decidira, anunciou a sua renúncia, assumindo, então, o governo, na data constitucional para início do quadriênio, um dos substitutos do governador, na ordem de sucessão estabelecida na Constituição do Estado. Escolheu-se, então, novo candidato ao Governo e a paz voltou a reinar no Estado.

Eleito Vice-Presidente da República para o quadriênio 1914/18, Urbano Santos foi um leal e prestimoso co-

laborador do Presidente Wenceslau Braz, tendo assumido a presidência, por um mês, em 1917, quando o estadista mineiro, licenciado, seguiu para o seu Estado.

A luta política, no Maranhão, ameaçava, novamente, convulsionar o Estado, à aproximação da sucessão. Só o nome do chefe poderia resolver o impasse criado pela obstinação de alguns e pela imaturidade de outros.

Aceita, então, a indicação do seu nome para o governo. Eleito Presidente do Estado, teve de assumir o cargo, renunciando, então, à Vice-Presidência da República.

Um ano depois, é convocado para Ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo Rodrigues Alves e se licencia da Presidência do Estado para exercer as suas novas funções. Rodrigues Alves, doente, não pudera assumir a Presidência da República. Delfim Moreira o substitui e Urbano Santos fica no Ministério enquanto dura a interinidade de Delfim Moreira.

O País lhe deve a criação do Serviço de Profilaxia Rural e só essa obra monumental, no setor da saúde pública, bastaria para lhe recordar, por todo o sempre, o nome e a sua passagem pelo Ministério.

Morto Rodrigues Alves, é eleito Epiácio Pessoa, e Urbano Santos volta ao governo do Estado, para completar o seu mandato que terminaria a 1.º de março de 1922.

Completado o seu período governamental, deveria voltar a ocupar uma das cadeiras do Senado da República, na vaga que se iria abrir com a posse do Senador Godofredo Viana no governo do Estado, como seu sucessor.

Mas, Urbano Santos é ainda uma vez escolhido candidato a Vice-Presidente da República. Eleito, vem para o Rio de Janeiro e morre a bordo do Vapor Minas Gerais, mais tarde, batizado com o nome do preclaro estadista mineiro Afonso Pena. A 7 de maio de 1922 o Maranhão perdia um dos seus grandes varões e o seu político de prol, o único maranhense a se eleger Vice-Presidente da República e, nessa qualidade, a exercer a Presidência.

Ressalte-se, e isso é da maior significação para o nosso Estado: Urbano Santos foi eleito duas vezes Vice-Presidente da República, o que demonstra o prestígio de que gozava nos altos círculos políticos do País.

O Sr. José Lindoso — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Pois não, Senador.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a, ao fazer este discurso em comemoração ao 50.º ano do desaparecimento do

Estadista Urbano Santos, presta homenagem à sua memória, e pode-se considerar como falando em nome do próprio Senado. Nós do Norte temos na personalidade de Urbano Santos uma das expressões mais ricas da atividade cívica. Vivendo em plena atividade política no período em que o País assistia à Primeira Grande Guerra, revelou-se homem de extraordinário tino político e de grande sensibilidade cívica. A rememoração de sua passagem na vida pública, neste momento, tem o significado de um culto a um dos homens mais ilustres do norte do País, que, honrando o Maranhão, honrou o Brasil pelos altos serviços que prestou a nossa Pátria. Eis a quem o Senado reverencia, pela palavra autorizada de V. Ex.^a, com a solidariedade de todos os Srs. Senadores.

O SR. CLODOMIR MILET — Muito grato, Senador José Lindoso, ao aparte de V. Ex.^a

Na verdade, Urbano Santos de tal maneira se projetou na política nacional; tão segura tinha em suas mãos a condução dos destinos políticos do Estado, que, na minha terra, no Maranhão, qualquer crise política só se resolvia com a aceitação por parte do chefe do partido de sua candidatura a Governador. E ele, muitas vezes, não podendo assumir o Governo, tinha, durante algum tempo, de aceitar a candidatura, de aceitar a eleição, para, logo depois de feita a pacificação, eleger quem devia, realmente, governar o Estado.

Na oportunidade da evocação do seu nome, no cinqüentenário do seu desaparecimento, valem destacados alguns fatos que marcaram a vida desse grande brasileiro, nascido em terras do Maranhão.

Em 1911, no governo Hermes da Fonseca, algumas intervenções se fizeram em vários Estados. O Maranhão, segundo se propalava, deveria ser uma das vítimas da ação do governo federal. Dizia-se que um ilustre oficial do Exército fora destacado para o Maranhão com o fim de preparar o ambiente para a deposição do Governador. Urbano Santos era amigo e companheiro de Pinheiro Machado. Enfrentou a situação e lutou bravamente para que o Maranhão fosse poupado da investida intervencionista. E a intervenção não se fez. E o governador Luís Domingues pôde concluir o seu período governamental, evitada a sua deposição, pela ação decidida do Senador Urbano Santos.

Luís Domingues assim o proclamou, destacando que a lealdade de Urbano Santos, na chefia política maranhense salvara, no Estado, a Federação.

A crônica política registrara que os amigos de Urbano Santos quiseram impedi-lo de assumir a Pasta da Jus-

tiça porque o seu nome estava cotado para ser o novo Presidente e não deveria, assim, incompatibilizar-se. Era sabido que Rodrigues Alves, doente, não poderia assumir a Presidência e nova eleição se teria de realizar. Urbano Santos, porém, reage à solicitação e responde categoricamente, aos seus amigos: — "Estava no governo do meu Estado de onde Rodrigues Alves me mandou chamar para integrar o seu governo, distinguindo-me com a sua confiança. Ao chegar aqui, vou jogar com a sua vida para ser Presidente da República? Não. Amanhã mesmo assumirei a pasta da Justiça." E assim o fez. — Pouco tempo depois, falecia Rodrigues Alves, sendo Epiácio Pessoa indicado para sucedê-lo. E a reunião para a indicação de Epiácio se teria realizado no escritório da residência de Urbano Santos.

Convidado para compor a chapa Artur Bernardes, como candidato a Vice-Presidente, já próximo às eleições, em face à situação que se criava no País, Epiácio Pessoa, então Presidente da República, telegrafa a Urbano Santos indagando se concordaria em retirar a sua candidatura, e informando que Artur Bernardes, Nilo Peçanha e J.J. Seabra já haviam concordado em que se apresentasse uma chapa de conciliação. Urbano Santos logo responde que a paz na República e a união dos seus filhos era o que importava: o seu nome não constituiria embaraço à conciliação que se procurava. Dias depois, novo telegrama de Epiácio Pessoa lhe transmitia a notícia de que São Paulo, na pessoa do seu Presidente Washington Luís, não aceitava outra chapa que não fosse a já escolhida: Artur Bernardes — Urbano Santos.

Quando deputado, certa ocasião, determinado cavalheiro o procurava em seu escritório para lhe dizer que sabia que não contava com o seu voto em certo projeto que tramitava na Câmara e lhe pedia, com o maior empenho, insinuando uma alentadora compensação, que não comparecesse, no dia seguinte, à votação da matéria. A resposta de Urbano Santos foi pronta e enérgica: "Vou à Câmara sem falta amanhã para votar contra o senhor." E encerrou a conversa.

Urbano Santos era um festejado advogado. O seu escritório no Rio tinha grangeado a melhor reputação. No Congresso era respeitado como grande financista. Um dos clientes mais importantes de sua banca de advogado propôs-lhe, certa vez, abandonar a política, que a sua empresa lhe garantiria, mensalmente, o que deixaria de receber como subsídio de deputado federal. Urbano Santos não aceitou a proposta. Continuou na política. E fechou o seu escritório de advocacia.

A sua biblioteca ocupava três salas de sua residência. Nada menos

de oito mil volumes enchiam as suas estantes. Não dispunha de catálogo, mas sabia de cor a colocação de cada volume na estante ou prateleira. Quando estava doente e precisava de algum livro, chamava uma de suas filhas e lhe dizia exatamente onde o deveria procurar. E nunca errava. Dizia-se que tinha a sua biblioteca "arrumada em sua própria cabeça".

Era político sério. Não enganava.

Os seus companheiros de partido o respeitavam. Dialogava. Sabia ouvir. Não permitia que se tripudiasse sobre o adversário. A este, preferia conquistá-lo a vencê-lo. E fazia-o conscientemente, convencido de que, assim, agindo, estaria melhor servindo ao Estado, embora com algum sacrifício do seu partido e dos seus próprios interesses. Assim o vê Artur Quadros Colares Moreira, seu companheiro de partido e seu grande amigo, uma das expressivas figuras da política maranhense, que honrou a representação do meu Estado na Câmara dos Deputados.

Colares Moreira entendia que "os adversários políticos devem ser considerados apenas como aqueles que têm interesses contrários ao nosso e aos dos nossos amigos. Mas, não tidos e tratados como inimigos". E lembrava a lição de Guichardin, que aconselhava "tratar o adversário de tal modo que ele possa tornar-se amigo, não nos devendo esquecer que o amigo, mesmo o melhor, poderá tornar-se inimigo".

E Urbano Santos seguiu o conselho do escritor florentino, sempre procurando conciliar, e evitando, quanto pudesse, a luta que a nada levava.

Conta-se que, fora outra, e não teria conseguido tão pacificamente que lhe dessem a licença para se afastar do governo do Estado para exercer as altas funções de Ministro da Justiça. Nem a oposição questionara a respeito. E era a primeira vez que, no País, um governador deixava o cargo, apenas licenciado, para o exercício de um alto posto, de confiança do Presidente da República, na administração federal.

Ninguém procurava interpretar a Constituição visando a impedir a aceitação do honroso convite.

E Urbano Santos pôde voltar tranquilamente ao governo estadual quando deixou o Ministério.

Muito tempo depois, Getúlio Vargas convidava o governador José Américo para o Ministério da Viação e o político paraibano, licenciando-se do governo da Paraíba, cobria, com o exemplo e com o precedente de Urbano Santos, para responder aos que lhe criticavam a posse no Ministério sem deixar, em definitivo, a governança do Estado.

Nesta homenagem que estou apresentando à memória de Urbano Santos, como maranhense, como político e como Senador, no cinquentenário de sua morte, sei que estou expressando os sentimentos da minha terra, do seu governo e do seu povo. Ao evocar-lhe a austera figura e ao recordar-lhe algumas passagens de sua vida pública, tão cheia de serviços prestados ao Maranhão e ao Brasil, rendo-lhe a homenagem do meu respeito e da minha admiração, ao político que honrou as tradições do seu Estado, ao deputado e ao Senador que engrandeceu, com o seu trabalho e a sua inteligência, a esta e a outra Casa do Congresso; ao Governador que tão bem dirigiu os destinos do Estado que dele tanto recebeu e que, merecidamente, com o seu voto e o seu aplauso, tantas incumbências lhe deu; ao Ministro e ao Vice-Presidente que, com tanto zelo e patriotismo exerceu as nobilitantes e egrégias funções, mas, sobretudo, ao homem de bem, ao honrado e conspicuo cidadão que sempre soube ser, para honra nossa e para glória de quantos ainda acreditam nos homens públicos deste País. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Esteves — Milton Trindade — Virgílio Távora — Wilson Campos — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Amaral Peixoto — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A Presidência recebeu, do Presidente da República, a Mensagem n.º 25, de 1972 (CN) — n.º 59/72, na origem — submetendo ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.214, de 26 de abril de 1972, que altera os Decretos-leis números 157, de 10-2-67, e 1.161, de 19-3-71, e dá outras providências.

Para leitura da Mensagem e demais providências iniciais de sua tramitação, convoco Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 9 do corrente, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia.

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 5, de 1972 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 21, de 1972), que suspende a execução do art. 4.º da Lei n.º 4.506, de 5 de julho de 1967, do Estado de

Minas Gerais, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de 25 de novembro de 1971.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5, de 1972

Suspende a execução do art. 4.º da Lei n.º 4.506, de 5 de julho de 1967, do Estado de Minas Gerais, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de 25 de novembro de 1971.

O Senado Federal resolve:

Art. único. É suspensa a execução do art. 4.º da Lei n.º 4.506, de 5 de julho de 1967, do Estado de Minas Gerais, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferido na Representação n.º 840, daquele Estado, aos 25 de novembro de 1971.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 2

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 88, de 1971, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dá nova redação ao § 9.º do art. 32 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), tendo

PARECER, sob n.º 31, de 1972, da Comissão

— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão sem emenda, nem requerimento para que a redação seja submetida a votos, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 316 do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 88, de 1971, que dá nova redação ao § 9.º do art. 32 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O § 9.º do art. 32 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 9.º Não será admissível, para cômputo do tempo de serviço, prova exclusivamente testemunhal, salvo se produzida em justificação judicial, mediante prévia notificação do representante legal do INPS para ciência e conhecimento, desde que comprovada a ocorrência de incêndio, desaparecimento dos arquivos ou má-fé do empregador, nos assentamentos do empregado, com descumprimento das obrigações trabalhistas.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg.)

Item 3

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1972, de autoria do Sr. Senador Ney Braga, que altera a redação do parágrafo único do artigo 33 da Lei n.º 5.682, de 1971, que dispõe sobre o quorum mínimo nas convenções municipais, tendo PARECER sob n.º 23, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, com a Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 18, de 1972

Nos termos do art. 311, alínea c, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1972, que dispõe sobre o quorum mínimo nas convenções municipais, a fim de ser feita na sessão de 16 do corrente.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1972.
— José Lindoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em virtude da aprovação do requerimento, fica adiada a discussão da matéria para o dia 16 do corrente.

Está finda a Ordem do Dia.

Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, este discurso deveria tê-lo feito na semana que passou. Não tendo sido possível, no entanto, venho à tribuna para cumprir um dever de consciência, fazendo um registro que é, também, um testemunho do trabalho extraordinário que vem sendo desenvolvido pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, neste momento em que todo o País é sacudido pela obra extraordinária do Governo, na organização da integração econômica do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a convite da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, tivemos a satisfação de assistir à solenidade de inauguração do trecho Barra do Garças—São Vicente, da Rodovia BR-070.

Menos de seis meses após a instituição do Prodoeste, é aberta ao tráfego, na sua quase total extensão, a BR-070, definida como uma das obras prioritárias na primeira fase desse Programa. É mais uma demonstração de excepcional vitalidade da ação da SUDECO, onde se patenteiam, desde a primeira hora, o entusiasmo, a capacidade técnica e a dedicação do engenheiro Camargo Junior.

A BR-070, partindo de Brasília, que conquista mais uma via de abastecimento, liga Cuiabá ao Distrito Federal, atravessando ricas terras onde começam a surgir, em decorrência, as primeiras marcas do trabalho do homem, abrindo novas frentes ao desenvolvimento. É a incorporação em marcha do Centro-Oeste e da Amazônia Brasileira, ao processo sócio-econômico nacional.

A BR-070, pondo em comunicação, também, a Belém—Brasília (BR-153) à São Paulo—Acre (BR-364), completa o semicírculo do envolvimento da Amazônia, constituindo um gigantesco passo no processo de integração do País e a continuação do sistema de ocupação da Grande Área.

No trecho inaugurado dia 30, a SUDECO construiu 413 quilômetros, investindo um total de Cr\$

10.848.048,00, o que significa um custo de Cr\$ 26.266,46 por quilômetro, numa pista de rolamento de 11 metros de largura e pontes de madeira de lei em viga armada.

Ao fazer este registro, queremos manifestar nosso entusiasmo pelo que nos foi dado ver, e levar nossas mais vivas congratulações ao Ministro Costa Cavalcante, pela esplêndida continuidade de seu fecundo trabalho à frente do Ministério do Interior.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para o registro de uma efeméride de todo singular no imenso espectro da vida dos povos, data tantas vezes repetida, no seu conteúdo material, mas, na espécie, única e imorredoura na memória universal.

A História Geral é pintalgada, em todos os tempos, no seu já imenso calendário, de feitos guerreiros com que muitas e numerosas nações celebram, no ritual de seus altares civicos e patrióticos, as conquistas que efetivaram nos sangrentos e cruéis campos de batalha que têm embebido no sangue continentes inteiros, com todo o seu cortejo de dores e de sofrimentos, de angústias e de tragédias.

Cada povo, cada nação, cada país, cada Pátria, em todos os paralelos e sob todos os meridianos, desde a mais remota antiguidade até épocas atuais — todos têm uma data que remarca uma vitória pelas armas, pouco importando o fundamento da guerra em que se hajam empenhado, seja ela de conquista e de denominação ou de defesa de honra ofendida ou brio atingido, até mesmo de justíssima revanche. Seja como for, porém, mesmo muito magna, sempre se trata de uma celebração intra-muros, de um festejo nacional, de uma comemoração interna e específica.

O Dia da Vitória, que hoje deflui, é diferente, porém. Não me cansarei de redizer que se cuida de um fato único, singular e maravilhoso no contexto da História.

Hoje — Sr. Presidente e Srs. Senadores — o mundo concelebra um Dia da Vitória que não tem donos, porque é de todos.

A data simboliza, tanto em seus arcanos quanto em suas superficialidades, um sublime e imperecível amor à liberdade.

Há 27 anos passados — neste dia 8 de maio — não era uma guerra que terminava, com o sucesso do mais

forte nas armas ou do mais valente na luta; não! — era a liberdade que triunfava sobre o pior dos despotismos! — era a Honra que sobrepujava a Torpeza! — era a dignidade humana que se sobrepunha ao aniquilamento moral, da razão e da justiça! — era o Amor dominando o Ódio!

Infames doutrinas de segregação racial, alucinados planos de dominação ultrajante, fanatismos crudelíssimos de um totalitarismo insensato — tudo quanto podia aviltar e desonrar a civilização — tudo esborouço a 8 de maio de 1945 ante a firmeza sem falhas, a intrepidez sem limites, a bravura sem canseiras, o sacrifício sem repouso com que os soldados da liberdade, peregrinos de um ideal imorredouro, se opuseram às hordas do nazi-fascismo demoníaco.

Eu nem mesmo me arreceria de dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Dia da Vitória pertence, por igual, aos povos das nações que sofriram a violência interna a que os submetiam as minorias alucinadas que os dominavam à pata de cavalo, para não dizer mais.

Somos parte integrante, pelo espírito e pela ação, pelo ideal e pelo sangue, nesta festa universal!

Arrebanhada pelas três Armas, a que acorreu, numerosa e entusiasta, a mocidade brasileira também pagou tributo à luta mundial contra os que compuseram e tentaram levar até às últimas consequências a torpeza, sem exemplo, de dominação vilipendiosa e de segregação antinatural. Compondo a Força Expedicionária Brasileira, que tanto e tão bravamente pelejou nas rudes regiões montanhosas da Península, onde se cobriu de glórias imortais; participando das esquadilhas da Força Aérea Brasileira, cujos motores roncavam alto nos céus da Itália, dando memoráveis combates aos agressores totalitários e incorporando novos feitos às armas brasileiras; formando nas belonaves da Marinha de Guerra do Brasil, que soube garantir a livre navegação de nossas costas e combolar suprimentos de toda ordem, ainda guerreava, indormida, a frota inimiga, somando novos louros à nossa tradição naval — onde quer que tenha sido, onde quer que tenha sido preciso — aí estiveram os brasileiros, respondendo com a sua presença, a sua bravura e o seu trabalho aos apelos que a Liberdade fazia contra a Escravidão, permitindo-nos, hoje, a honra de nos saber não apenas beneficiários da Liberdade mas, e muito orgulhosamente, seus co-autores.

O Sr. Danton Jobim — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com muito prazer, eminente Senador.

O Sr. Danton Jobim — A Bancada do MDB no Senado não pode deixar de solidarizar-se com todos os termos do seu magnífico discurso, celebrando o "Dia da Vitória". Tínhamos mesmo a intenção de pedir a um dos nossos companheiros que aqui fizesse o registro do nosso regozijo, que ainda persiste, pelo triunfo que alcançaram as armas Aliadas e entre as quais se encontravam as do Brasil, e, ao mesmo tempo, a expressão da nossa perfeita solidariedade com todos aqueles que, neste momento, estão dando ênfase a um acontecimento que, sem dúvida, foi uma das páginas mais brilhantes da História nestes últimos trinta anos. Tive ocasião de falar aqui, em nome da Bancada, sobre a atuação da FAB nos céus da Itália. Desejaria mesmo que tivesse oportunidade de voltar a traçar o perfil de alguns dos grandes heróis que honraram o Brasil com a sua bravura, com a sua competência, como os chefes militares. Entretanto, nesta hora, suponho que V. Ex.^a, no seu belo discurso, já disse tudo o que se poderia dizer a respeito desta data. De modo que aqui fica o pronunciamento da nossa Bancada, que ao mesmo tempo felicita o nobre Senador pela maneira por que soube encarar e interpretar este grande acontecimento. Muito obrigado.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Obrigado a V. Ex.^a As palavras de V. Ex.^a, interpretando o pensamento da aguerida Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, vêm dar mostra do quanto V. Ex.^a tem cuidado com os fatos históricos que se verificaram e se verificaram no mundo contemporâneo. Sem dúvida, nós não poderíamos esperar outras palavras senão as que V. Ex.^a proferiu, de apoio e de solidariedade ao nosso pronunciamento, somente devendo mencionar que seria perfeitamente válido, seria sumamente importante que V. Ex.^a, culto como é, conhecedor como é dos episódios da Segunda Guerra Mundial, pudesse trazer ao Senado e à República os perfis daqueles inúmeros heróis, muitos dos quais deram a vida pela liberdade, em favor da libertação dos povos oprimidos pelas potências do Eixo.

V. Ex.^a, prestando esses esclarecimentos, trazendo ao conhecimento da Nação fatos inéditos até, traria uma grande contribuição à nossa História.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a, que abrilhanta as palavras que pronunciamos nesta tarde.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — V. Ex.^a tem o aparte, eminente Senador.

O Sr. Ruy Santos — Eu estava esperando V. Ex.^a adiantar-se mais no

discurso para interrompê-lo e dizer que externa, neste momento, o pensamento da nossa Bancada, a Aliança Renovadora Nacional. Mas, apartando-o após o Senador Danton Jobim, vejo que V. Ex.^a fala, agora, não pela nossa Bancada mas por todo o Senado, homenageando aqueles bravos conterrâneos nossos que feriram, com o maior denodo, com o maior brilhantismo, nos campos da Europa, a batalha pela libertação do mundo. Precisamos, como destacou, de passagem, o eminente Senador Danton Jobim, fazer a história desses homens, descrever-lhes a vida para que as novas gerações nela se espelhem, nessas dedicações, as melhores causas do mundo, e, dentro do mundo, as causas do Brasil. Era o que eu tinha a dizer a V. Ex.^a

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a

Concluindo as minhas palavras, Sr. Presidente, já agora falando não em meu nome pessoal mas no de todo o Senado da República, eu diria que o "Dia da Vitória" — que hoje aqui evoco e honro, relembro e reverencio como data universal — eu o tenho como o ponto de partida do País que já somos, da imensa Pátria que sere-mos amanhã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, faleceu, sábado passado, no Rio, uma das melhores expressões da inteligência brasileira, que foi Eugênio Gomes.

Nascido no interior da Bahia, Eugênio Gomes, logo cedo, se transferiu para o Rio de Janeiro, onde procurou ser apenas, além de poeta que já era, desde a sua província, o escritor zeloso como foi pelo resto da vida.

Sabe-se, Sr. Presidente, que poucos entre nós conhece tão bem a obra de Shakespeare quanto Eugênio Gomes e, também, poucos como ele estudaram a fundo a obra de Machado de Assis.

Eugênio Gomes foi Chefe de Gabinete do Ministro Clemente Mariani; foi Diretor da "Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro"; foi Diretor da "Casa de Ruy Barbosa". Nos primeiros meses do Governo Castello Branco foi, o ilustre baiano, assessor de imprensa do primeiro governo revolucionário. Deixou várias livros publicados, entre esses "Prata da Casa", "Espelho contra Espelho", "Visões e Revisões", "Moema" e um livro de memórias, "Mundo de Minha Infância", livros de tal valor que fizeram com que a Aca-

demia Brasileira de Letras lhe concedesse, num dos últimos anos, o Prêmio Machado de Assis.

Eugênio Gomes era homem simples, um homem despretenso, que tinha consigo muito daquela tranquilidade baiana.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^a me concede a honra de um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^a está focalizando a vida e a obra de Eugênio Gomes, mas já situando na alta posição a que ele chegou pela sua inteligência, pela sua cultura e pelos indiscutíveis méritos que lhe marcaram a personalidade. Mas, para realçar melhor o valor de Eugênio Gomes é de mister que ele seja visto através de toda a sua carreira. É que Eugênio Gomes foi um autodidata. E o conheci e posso trazer aqui este depoimento, que é mais um elogio à sua vida. Era um simples auxiliar de uma usina no interior de Santo Amaro, encarregado de registrar e controlar o movimento da empresa. E durante os intervalos de suas atividades, nos seus momentos de lazer, Eugênio Gomes estava lendo e estudando, na nobre preocupação de seu aprimoramento espiritual. E assim, pela pertinácia, pela persistência, mas sobretudo pela sua inteligência, vontade de vencer e alta sensibilidade, chegou ele a ser um dos maiores conhecedores da obra de Shakespeare — permita V. Ex.^a que eu diga — não apenas no Brasil, mas no mundo, na própria Inglaterra, onde a convite de instituições culturais pronunciou conferências sobre a vida do autor de Macbeth. Quero associar-me a essa expressão de dor e de pesar que V. Ex.^a traz, reverenciando a memória de um ilustre brasileiro que soube servir à sua terra e que se projetou pela cultura, também se alteou, e muito, pelos seus grandes predicados morais.

O SR. RUY SANTOS — Obrigado a V. Ex.^a E V. Ex.^a destacou muito bem que Eugênio Gomes, neste mundo brasileiro, mormente na parte baiana, de deficiências de tudo, em que temos de cultura apenas a cultura dos séculos e da estratificação do desenvolvimento intelectual, Eugênio Gomes foi um homem que se fez pelo esforço próprio, chegando, como já salientei, a posições destacadas no meio intelectual brasileiro.

Eugênio Gomes, que foi sepultado ontem no Cemitério de São João Batista, deixa viúva D. Irene Pinto Gomes, e apenas um filho, engenheiro Luis Eugênio Gomes, a quem envio, como amigo que fui de Eugênio Gomes e como conterrâneo, a melhor expressão do meu pesar pelo seu desaparecimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Brito.

O SR. FLÁVIO BITTO — Senhor Presidente, Senhores Senadores, a Nação inteira tem acompanhado atentamente os entendimentos, a nível ministerial, mantidos pelas autoridades diretamente responsáveis pelos setores da economia nacional, ligados aos problemas do abastecimento, com vistas à obtenção de menores custos finais para os produtos originários do setor primário.

As classes empresariais, solidárias com o Governo nas suas preocupações maiores de controlar rigorosamente o custo de vida, têm, de seu lado, dado um máximo de colaboração e objetividade às providências de sua alçada, numa tentativa sadia de dar conteúdo prático a esses entendimentos.

Assim tem sido no campo, por exemplo, legiferante, onde sugestões positivas e de efeito imediato foram encaminhadas ao Executivo para as providências cabíveis.

O aperfeiçoamento do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, por exemplo, contém dispositivos que à falta de uma clareza maior na definição de objetivos, tem acarretado prejuízos de toda ordem à economia dos proprietários rurais, em detrimento de maior produtividade e sem contrapartida ou maiores ganhos para os trabalhadores do campo.

A falta de prescrição das querelas trabalhistas tem armado sobre a economia rural uma armadilha da qual procuram fugir os empresários e consequentemente resultando em prejuízos para os trabalhadores. O resultado desse estado de coisas é o esvaziamento dos campos e a pressão social sobre os núcleos urbanos, onde se refugiam os trabalhadores, sem oportunidade nas propriedades privadas de se fixarem e trabalharem com tranquilidade.

Já é do domínio público o sistema desumano de recrutamento de trabalhadores nas faixas marginais das estradas do interior para distribuí-los, quase como gado, pelos diversos sítios onde a mão-de-obra escasseia.

Não fora a falta de clareza e as interpretações controversas da Justiça do Trabalho relativamente ao Estatuto do Trabalhador Rural e a situação seria outra, com amplas oportunidades de um relacionamento mais cordial e mais sincero entre os que precisam de trabalhar e os que precisam dos trabalhadores.

Encontra-se na Presidência da República, como resultado de estudos profundos, realizados na área do Mi-

nistério do Trabalho e da Agricultura, subsídios colhidos por um Grupo de Trabalho Especial, instituído com a finalidade de reorganizar o Estatuto do Trabalhador Rural, dando-lhe uma feição mais objetiva e mais consentânea com os interesses da economia privada, sem conflitos ou controvérsias com os legítimos interesses dos trabalhadores do campo.

A lei inspirada e lealmente defendida pelo saudoso Deputado Fernando Ferrari precisa, com urgência, ser revista em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à extensão do dispositivo do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho à atividade rural, que se faz urgente.

Esse, o objetivo de minha presença nesta tribuna, a fim de solicitar ao Presidente Emílio Garrastazu Médici que remeta o mais breve possível ao Congresso Nacional as modificações que, a juízo de Sua Excelência, ouvido os seus auxiliares diretos, se fazem necessárias e inadiáveis, para melhor atualizar o Estatuto do Trabalhador Rural, dando-lhe a eficácia indispensável.

Como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, tenho sentido e apreendido as ansiedades que dominam os empresários do campo e, acima de tudo, de preocupação de que estão possuídos de ir de encontro aos propósitos do Governo em diminuir o custo de vida, adotando, inclusive, medidas de profundidade para colimar esses objetivos em favor das classes menos favorecidas.

O Sr. Osires Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO — Com muito prazer.

O Sr. Osires Teixeira — Eminentíssimo Senador Flávio Britto, nesta Tribuna V. Ex.^a traz ao conhecimento da Nação e da Casa um dos mais sérios problemas deste País: a criação de efetivas condições para os empresários rurais e para os homens simples do campo produzirem, e não só produzirem, mas serem estimulados para a produção, para a criação da verdadeira riqueza do Brasil. Sem dúvida nenhuma, o assunto de que trata V. Ex.^a nesta tarde é dos mais complexos e merece mesmo ser estudado, meditado por todos que se preocupam com o futuro deste País, por todos que se preocupam com a grandeza de nosso Brasil. V. Ex.^a dá notícia de que subsídios foram remetidos a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, para reformulação, em alguns aspectos do Estatuto do Trabalhador Rural.

O Governo do eminente Presidente Médici — conforme afirmou o nobre Colega — conhece a realidade brasi-

leira, está preocupado com a realidade brasileira e, sobretudo, muito preocupado com o problema do custo de vida. Evidente que, sem estimular a produção, sem criar as condições para maior produção, para maior produtividade, Sua Excelência não conseguiria atingir o objetivo do seu Governo. Não tenho dúvidas, como V. Ex.^a também não as tem, de que o Governo é sensível ao problema. Os subsídios da Confederação Nacional da Agricultura tão bem dirigida por V. Ex.^a, serão motivo de estudo da parte do Governo. Praza aos céus que outros ilustres Senadores, como V. Ex.^a, conhecedores profundos da matéria, também encaminhem subsídios à Confederação Nacional da Agricultura, para que o Executivo, consciente de que a grande riqueza nacional está no campo, dê condições para que esse anônimo extraordinário, o homem perdido pelos mitos das matas, pelo Brasil afora, possa receber estímulos capazes de induzi-lo a produzir cada vez mais riquezas, estímulos como esses a que ainda há pouco o Brasil inteiro assistiu, em solenidade em Belo Horizonte, de aposentadoria a 10 trabalhadores rurais. O Governo está tomando providências, e V. Ex.^a foi um dos que colaboraram para aprovação de projetos como o PRORURAL, o FUNRURAL e tantos outros. O pronunciamento de V. Ex.^a — estou convicto — tem o objetivo de buscar também a colaboração e a concorrência de outros eminentes Senadores que conhecem e vivem bem o problema, caso dos nobres Senadores Fernando Corrêa da Costa, Antônio Fernandes, e outros. V. Ex.^a obterá desses eminentes homens públicos subsídios que possam dar ao Governo condições de reformulando o Estatuto do Trabalhador Rural, estimular a produção e, conseqüentemente, o povo possa comparar por menor preço e viver melhor.

O SR. FLÁVIO BRITO — Senador Osires Teixeira, com satisfação ouço a parte de V. Ex.^a, justamente nesta hora difícil para nós da agricultura. Sempre que a totalidade dos Srs. Senadores conhece os problemas da agropecuária brasileira tão bem ou muito melhor do que o dirigente da Confederação Nacional da Agricultura.

Nossa preocupação é que, nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, os empresários rurais estão com milhares e milhares de ações executivas. Mesmo que entregassem a sua propriedade, ainda sairiam devendo aos trabalhadores rurais.

Sr. Presidente, mais uma vez quero afirmar que a classe patronal rural não é, não foi e nunca será contra os direitos dos trabalhadores rurais. A classe patronal rural, isto sim, não pode conformar-se com a continuação desse estado. A lei é boa,

muito bem feita, mas de 1963. Disse e repito, de 1964 para cá a classe patronal agrícola pôde ter tranqüilidade para cumprir, como vem cumprindo, com suas obrigações.

Este, meu apelo ao Presidente da República, em quem confio. Com a responsabilidade que tem o homem rural brasileiro, tanto patrão como trabalhador, numa hora em que o Senhor Presidente da República faz um apelo para que se baixe o custo de vida, é preciso que tenhamos os mesmos instrumentos para essa cooperação, como sempre cooperamos, com Sua Excelência.

Temos a mais absoluta convicção, Sr. Presidente, de que o Congresso Nacional, sensível aos propósitos governamentais e convencido de sua inteira procedência, há de dar à apreciação da Mensagem Presidencial tratamento urgente, compatível com a urgência que o assunto reclama. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concede a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores; Não queria deixar de registrar um acontecimento que, para nós, paraibanos, representou algo de grande importância por expressar o sentimento humano de maior relevo: A gratidão que o nobre e bravo povo de Campina Grande, conhecida como a "Rainha da Borborema" e a metrópole algodoeira do Nordeste, prestou sexta-feira última, dia 5 de maio, à memória de João Rique, numa homenagem do maior significado, que foi perpetuarem no bronze sua estátua, na praça de seu nome.

No dia 29 de setembro do ano passado, Sr. Presidente Srs. Senadores, desta tribuna, fiz o necrológico daquele capitão de indústria, um homem notável pela sua capacidade de trabalho e espírito criador, que foi João Rique, pranteando o seu prematuro passamento. Com o apoio de vários companheiros do Nordeste, exaltei a sua figura, salientando com ênfase o que ele foi como industrial, banqueiro, um verdadeiro gigante, constituindo um dos principais fatores no setor de suas atividades para o engrandecimento do nosso Estado e do Brasil.

Sexta-feira passada, com aquela justa distinção, a maior, conferida à sua memória, foram ratificados os conceitos por mim formulados nesta Casa, com o apoio sobretudo dos nobres Senadores do Nordeste que o conheceram tão bem quanto eu. Isto me confortou.

Eu estaria lá em Campina Grande, Sr. Presidente, integrando a legião dos que homenagearam o grande lutador desaparecido, comungando com os admiráveis campinenses no seu louvável gesto de reconhecimento, não

fora a obrigação superior de estar com V. Ex.^a e demais companheiros da Comissão Diretora em longa reunião que tivemos naquele dia. Fazia-se necessário a minha presença, a de V. Ex.^a, a de todos os companheiros, aquela reunião. Esse foi o grande motivo porque não compareci em Campina Grande, para juntar-me ao seu povo, em companhia de amigos de São Paulo, de Brasília, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco e enfim, de quase todos os Estados, pois hoje a organização Rique tem ligações praticamente em todo o País, reflexo da ação dinâmica e inteligente daquela grande figura que desapareceu prematuramente. Mas, a sua obra notável perdurará e crescerá através do tempo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, também desejei fazer este modesto, simples e despretencioso registro, sobre a figura ilustre de João Rique, na sexta-feira, mas ocorreu que naquele dia, também o Senado da República, em sessão especial, toda consagrada à memória do grande e saudoso Marechal Candido Rondon e ao dia nacional das comunicações, razão porque somente hoje pude fazê-lo.

Se aqui estivesse o grande Senador Argemiro de Figueiredo, filho de Campina Grande, que, lamentavelmente não voltou a nossa casa, porque o povo não erra, mas se engana, ele é que estaria nesta Tribuna com a autoridade de campinense e com o brilho do seu talento, nos mostrando o que foi João Rique, um dos seus maiores e mais dedicados amigos e que tanto concorreu para o desenvolvimento da sua terra, nos diferentes setores humanos onde atuou o homem que Campina Grande rende a maior das homenagens.

Ele era bem inspirado e organizado. Criou a família, e orientou-a de tal maneira que embora seja imprevisível a lacuna causada pelo seu desaparecimento, os seus filhos, a começar pelo Dr. Newton Rique, um homem de grande inteligência, com admirável capacidade de trabalho, que foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, onde honrou e destacou o nome da Paraíba, não deixarão que aquele monumento que ele fundou desapareça.

O Sr. Osires Teixeira — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com todo o prazer.

O Sr. Osires Teixeira — Eu não tive o privilégio que teve V. Ex.^a de conhecer o Dr. João Rique, mas se conhece a árvore pelos frutos que ela dá. Tenho o privilégio de ser amigo do Dr. Newton Rique.

O Dr. Newton Rique é um desses empresários do Brasil de hoje, é um

desse homem de visão. Como bem disse V. Ex.^a, a falta da presença física de João Rique não impedirá que aquilo — que antes era uma luta titânica de um homem e que hoje se constitui num dos grandes grupos econômicos deste País, que é o grupo do Banco de Campina Grande — cresça cada vez mais. Porque Newton Rique não só atendeu à clarinada do Governo Federal como assimilou os propósitos de desenvolvimento do País a que se propõe o eminente Presidente Médici. O Dr. Newton Rique é um homem que assimilou essa filosofia e está construindo, realmente, um grande império, dentro da estrutura bancária, com toda a sua linha, desde o Banco de Investimento até a mera corretora de títulos imobiliários, e no mercado brasileiro de habitação tem, através da sua "Sociedade de Crédito Imobiliário", colaborado eficientemente com o Governo da República, colaborado eficientemente com o homem brasileiro, dando casa a todos, dentro da planificação do sistema nacional de habitação. Quero, em nome do meu Estado, associar-me às homenagens que V. Ex.^a presta ao eminente brasileiro João Rique que, dentre outros frutos magníficos da sua vida, produziu um homem como o Dr. Newton Rique. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte, com que me honra o eminente Representante de Goiás, Senador Osires Teixeira.

S. Ex.^a, profundamente inteligente e que acompanha a vida do País e de suas grandes figuras, focalizou muito bem a situação da Organização Rique, citando com tanta justiça a sua principal figura, o Dr. Newton Rique, mas que tem ao seu lado a figura equilibrada e valorosa do seu irmão, o banqueiro Nivaldo Rique, que com tanto apuro se conduz no Setor do Nordeste, e também o outro irmão mais moço, João Rique Filho, que sem favor vem honrando o nome que herdou. Eles possuem também essa qualidade admirável de saberem selecionar os valores humanos, para ajudá-los nesta batalha que é decisiva para o sucesso da organização, bons, competentes e leais colaboradores.

Eles têm o dom de aglutinar excelentes elementos no Rio, São Paulo, Brasília, Recife, Rio Grande do Sul, onde já levaram o Banco Industrial de Campina Grande S.A. e o Banco de Investimento.

Agora, para encerrar o meu registro torna-se indispensável focalizar a figura admirável e respeitável de Dona Rosa Vieira da Rocha Rique, que foi uma heroína na vida de João Rique, sua viúva, que estou certo será o poderoso elo entre os seus dignos filhos, assegurando assim a harmonia indispensável entre os substitutos do chefe desaparecido e ao mesmo tempo estimulando-os para que a obra seja perene.

Campina Grande merece os nossos aplausos pela justiça da homenagem que prestou ao seu grande amigo João Rique, demonstrando possuir o sentimento humano mais nobre, que se chama gratidão. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada à leitura de mensagem presidencial.

Para a sessão ordinária de amanhã, dia 29, designo a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do *Requerimento* n.º 12, de 1972, de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, da oração proferida pelo Sr. Senador Filinto Müller ao assumir a Presidência da Aliança Renovadora Nacional — ARENA, tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 49, de 1972, da Comissão Diretora.

2

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 33, de 1972) do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1971, que institui o dia do Hino Nacional.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 7, de 1972 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer n.º 51, de 1972), que autoriza a Prefeitura do Metropolitan de São Paulo — METRÔ —, operação de empréstimo externo, destinada à aquisição de equipamentos elétricos para complementar a instalação do metropolitano paulista, tendo

PARECER, sob n.º 52, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

4

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 114, de 1968, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que inclui no Plano Rodoviário Nacional as rodovias "Poços de Caldas—Botelhos—Divisa Nova—Alfenas" e BR 381—Varginha—Alfenas—Usina de Furnas" e dá outras providências, tendo

PARECERES sob n.ºs 2, de 1970 e 26 de 1972, das Comissões:

— de Redação, oferecendo a redação do vencido para o 2.º turno e

— de Constituição e Justiça (re-exame solicitado pelo requerimento n.º 19, de 1970), pela constitucionalidade e juridicidade.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.)

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1.º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

2.º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)

1.º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)

2.º-Secretário:
Clodomir Millet (ARENA — MA)

3.º-Secretário:
Guido Mondin (ARENA — RS)

4.º-Secretário:

Duarte Filho (ARENA — RN)

1.º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)

2.º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB — GB)

3.º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)

4.º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

**LIDERANÇA DO PARTIDO
E DA MAIORIA**

Líder:
Filinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:
Ruy Santos (ARENA — BA)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
José Lindoso (ARENA — AM)
Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Osires Teixeira (ARENA — GO)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:
Danton Jobim
Adalberto Sena

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Brito
Mattos Leão

SUPLENTE
ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTE
ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: quintas-feiras, 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
Accioly Filho
José Augusto
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias

SUPLENTE
ARENA

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

SUPLENTE
ARENA

Paulo Tôres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: quintas-feiras, às 15:00 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guilomard

Milton Trindade
Domício Gondim
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves

Filinto Müller
José Augusto

MDB

Danton Jobim Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: terças-feiras, 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castello-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castello-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

MDB

Adalberto Sena Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Brito

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres

Milton Trindade

José Lindoso

Alexandre Costa

Virgílio Távora

Orlando Zancaner

José Gulomard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

**14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
— (CSPC)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heltor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Parecer (DCN — 3-9-1970, pág. 530)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar n.º 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS, DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-9-70, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal

- Processos da competência do S.T.F. (Portaria n.º 87)
- Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS:

	Cr\$
— março, n.º 1 (1964)	5,00
— junho, n.º 2 (1964)	5,00
— setembro, n.º 3 (1964)	esgotada
— dezembro, n.º 4 (1964)	5,00
— março, n.º 5 (1965)	5,00
— junho, n.º 6 (1965)	5,00
— setembro, n.º 7 (1965)	5,00
— dezembro, n.º 8 (1965)	esgotada
— março, n.º 9 (1966)	"
— junho, n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO
LEGISLATIVA DE 1 A 10 (enviaremos gratuitamente
a quem nos solicitar):

	Cr\$
— setembro, n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro, n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho, n.º 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro, n.º 15 e 16 (1967)	5,00
— janeiro a março, n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho, n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro, n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro, n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO
LEGISLATIVA DE 1 A 20 (enviaremos gratuitamente a
quem nos solicitar)

ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Financeiro na Constituição de 1967
Ministro Aliomar Baleeiro

O Direito Penal na Constituição de 1967
Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito
Professor Roberto Rosas

O Tribunal de Contas e as Deliberações sobre Julgamento
da Legalidade das Concessões
Doutor Sebastião B. Affonso

Controle Financeiro das Autarquias e Empresas Públicas
Doutor Heitor Luz Filho

DOCUMENTAÇÃO

Suplência
Norma Izabel Ribeiro Martins

PESQUISA

O Parlamentarismo na República
Sara Ramos de Figueiredo

ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Processual na Constituição de 1967
Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque
Tratamento Jurídico das Revoluções
Doutor Clóvis Ramallete

O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima
Dos Recursos em Ações Acidentárias
Doutor Paulo Guimarães de Almeida

PROCESSO LEGISLATIVO

Vetos — Legislação do Distrito Federal
Jesse de Azevedo Barquero e Santyno Mendes dos Santos

DOCUMENTAÇÃO

Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração
e Economista

PESQUISA

Capitais Estrangeiros no Brasil
Ilvo Sequeira Batista

ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

Da Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais
Deputado Rubem Nogueira

Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos do Controle da Constitucionalidade das Leis
Professor Roberto Rosas

Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada
Professor Roberto Atila Amaral Vieira

DOCUMENTAÇÃO

A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades
Sara Ramos de Figueiredo

A Profissão de Jornalista
Fernando Giuberti Nogueira

ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO
DE 1969 — Cr\$ 10,00

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade de Decretos-leis sobre Inelegibilidades
Senador Josaphat Marinho

Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro
Professor Paulino Jacques

Mandatum in Rem Suam
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos dos Tribunais de Contas
Professor Roberto Rosas

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1.ª parte:

I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)

III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969)

CÓDIGO PENAL

2.ª parte: Quadro Comparativo
Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40, com
legislação correlata

Leyla Castello Branco Rangel

**ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

HOMENAGEM

Senador Aloysio de Carvalho Filho

COLABORAÇÃO

Evolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado
Professor Wilson Accioli de Vasconcellos

A Suprema Corte dos Estados Unidos da América
Professor Geraldo Ataliba

A Eterna Presença de Rui na Vida Jurídica Brasileira
Professor Otto Gil

X Congresso Internacional de Direito Penal
Professora Armida Bergamini Miotto

A Sentença Normativa e sua Classificação
Professor Paulo Emílio Ribeiro Vilhena

PROCESSO LEGISLATIVO

DECRETOS-LEIS

Jesse de Azevedo Barquero

DOCUMENTAÇÃO

Advocacia — Excertos Legislativos
Adolfo Eric de Toledo

CÓDIGOS

Código de Direito do Autor
Rogério Costa Rodrigues

ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — Cr\$ 10,00

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia
Senador Josaphat Marinho

Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas
Professor Pinto Ferreira

Poder de Iniciativa das Leis
Professor Roberto Rosas

O Sistema Representativo
Professor Paulo Bonavides

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL MILITAR

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar
Autor: Ivo d'Aquino

II — Exposição de Motivos
Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69;
Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44

Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR
LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO**

**ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

APRESENTAÇÃO

Simpósio de Conferências e Debates sobre o Novo Código Penal e o Novo Código Penal Militar

Funição da Pirataria Marítima e Aérea
Professor Haroldo Valladão

Visão Panorâmica do Novo Código Penal

Professor Benjamin de Moraes

A Menoridade e o Novo Código Penal

Professor Allyrio Cavallieri

Inovações da Parte Geral do Novo Código Penal

Professor Rafael Cirigliano Filho

Desporto e Direito Penal

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

Dependência (Toxicomania) e o Novo Código Penal

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

O Novo Código Penal Militar

Professor Ivo d'Aquino

Aspectos Criminológicos do Novo Código Penal

Professor Virgílio Luiz Donnici

A Medicina Legal e o Novo Código Penal

Professor Olímpio Pereira da Silva

Direito Penal do Trabalho

Professor Evaristo de Moraes Filho

O Novo Código Penal e a Execução da Pena

Doutor Nerval Cardoso

Direito Penal Financeiro

Professor Sérgio do Rego Macedo

Os Crimes contra a Propriedade Industrial no Novo Código Penal

Professor Carlos Henrique de Carvalho Froes

A Civilização Ocidental e o Novo Código Penal Brasileiro

Jurista Alcino Pinto Falcão

**ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

ÍNDICE

COLABORAÇÃO

A Administração Indireta no Estado Brasileiro
Professor Paulino Jacques

O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Nacional
Professor José Luiz Anhaia Mello

O Imposto Único sobre Minerais e a Reforma Constitucional de 1969
Doutor Amâncio José de Souza Netto

Problemas Jurídicos da Poluição do Som
Desembargador Gervásio Leite

O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu Estudo
Professora Armida Bergamini Miotto

Regime Jurídico dos Militares do Distrito Federal
Doutor José Guilherme Villela

O Direito não É; Está Sendo
Doutor R. A. Amaral Vieira

PROCESSO LEGISLATIVO

Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69
Diretoria de Informação Legislativa

PESQUISA

Júri — A Soberania dos Veredictos
Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

ARQUIVO HISTÓRICO

Documentos sobre o Índio Brasileiro (1500—1822) — 1.ª parte
Leda Maria Cardoso Naud

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação
Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 —

ZC-02 — Rio de Janeiro—GB (atende também pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: No

Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo:

Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-Leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - GB ou SQS 104 - Bl. A - Lj. 11 - Brasília - DF

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os acórdãos, leis federais, estaduais e municipais, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 51 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO AS 79 NOVAS SÚMULAS. — JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Os PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre . . . Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20